

Desafios da comunicação comunitária: participação e conteúdo no Jornal de Chiador¹

Bruno FUSER²

Rodrigo Galdino FERREIRA³

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Resumo: A partir de revisão de literatura, especialmente sobre os conceitos de cidadania e participação, o presente artigo apresenta e analisa uma experiência de comunicação comunitária voltada para a ampliação do protagonismo popular. Destaca-se a discussão, com base em quatro edições do *Jornal de Chiador*, focada especialmente em dois aspectos: as distintas formas de participação – presencial e virtual – e o conteúdo ali produzido. Entre outros referenciais estão BOBBIO (1986), DAGNINO (2004) e PERUZZO (2011). Conclui-se que tal jornal tem forte participação dos moradores daquele município, em grande medida através de mecanismos digitais, mas que ainda se faz necessário novos mecanismos de mobilização social para a manutenção de vínculos do público com o projeto comunitário e para a consequente ampliação do seu potencial democrático-cidadão.

Palavras-chave: comunicação comunitária; participação; cidadania; mobilização social; Jornal de Chiador

O Jornal de Chiador

Experiências de comunicação comunitária são colocadas em prática nas mais diversas localidades do Brasil. A característica que normalmente converge em projetos de comunicação comunitária é a participação popular. Ou seja, é o envolvimento de pessoas que pertencem a segmentos sociais subalternos, em prol de um objetivo comum, que confere a essas iniciativas um diferencial, se comparado à mídia massiva, que normalmente marginaliza tais setores do protagonismo na produção midiática.

Noutro estudo (FERREIRA, 2009), já apontávamos o incentivo à participação como uma característica inerente às experiências de comunicação comunitária. Junto desta característica, elencamos ainda a origem na comunidade; a finalidade não lucrativa; a ruptura com os meios de comunicação de massa; e, finalmente, o incentivo à cidadania. Tal

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania do XVI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista; doutor em Comunicação pela Universidade de São Paulo; professor efetivo da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG). Coordenador do Grupo de Pesquisas Processos Comunicacionais, Educação e Cultura, da UFJF. Email: bruno.fuser@ufjf.edu.br.

³ Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, pela Universidade Federal de Juiz de Fora (MG); presidente da Associação Comunitária Amigos do Jornal de Chiador, publicação da qual é editor desde 2008; jornalista/assessor de imprensa concursado na Câmara Municipal de Monte Mor (SP); integrante do Grupo de Pesquisas Processos Comunicacionais, Educação e Cultura, da UFJF. Email: galdino.jornalismo@gmail.com

estudo foi elaborado a partir da discussão de conceitos aplicados a uma experiência de jornalismo comunitário, o *Jornal de Chiador*.

Em 2015, no Congresso da Intercom realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, apresentamos uma discussão sobre participação política e jornalismo comunitário, com reflexões a partir de projeto que teve esse mesmo jornal como um de seus principais elementos (FUSER E FERREIRA, 2015). Nesse artigo, destacávamos a intensa participação dos moradores na elaboração do periódico, e discutíamos também as limitações de tal participação, em distintos âmbitos da sociabilidade.

Neste ano trazemos para conhecimento e debate dados de pesquisa que possui dois objetivos principais: a reflexão sobre as várias formas de participação no jornalismo comunitário, em tempos de comunicação digital, e, ainda, quais são os discursos produzidos por tais moradores, no seu exercício de protagonismo. Da mesma forma, o estudo é realizado a partir de reflexões teóricas, aplicadas a essa experiência concreta que seguimos desenvolvendo naquele município da Zona da Mata mineira.

Pretendemos que este trabalho possa contribuir para futuras análises de experiências práticas. Estamos, assim, falando de uma reflexão que deverá ser feita “na” e “sobre” a prática. Logo, trabalhamos com a perspectiva de ampliar o potencial da comunicação comunitária a partir de reflexões que auxiliem no processo de formação da consciência crítica dos cidadãos. Como afirma Paulo Freire (1980, p.26), “A conscientização não pode existir fora da ‘práxis’, ou melhor, sem o ato ação – reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens”. Ou seja, teoria e prática são indivisíveis, na perspectiva freiriana.

Democracia, cidadania, participação

Bobbio aponta que, na contemporaneidade, é impossível imaginar que todos os cidadãos participem diretamente de todas as decisões a eles pertinentes (BOBBIO, 1986, p.12). Daí surge o conceito de democracia representativa, que tem o potencial de vigorar em conjunto com a democracia direta - e não em contraposição a ela. Já a “educação para a cidadania” seria imprescindível para o projeto de democracia ideal, mas também não se efetivou. Bobbio considera que os discursos sobre democracia sempre levaram em consideração a cidadania ativa; citando Stuart Mill, ele pontua:

É através da discussão política que o operário, cujo trabalho é repetitivo e concentrado no horizonte limitado da fábrica, consegue compreender a conexão existente entre eventos distantes e o seu interesse pessoal e estabelecer relações com cidadãos diversos daqueles com os quais

mantém relações cotidianas, tornando-se assim membro consciente de uma comunidade. (BOBBIO, 1986, p.32)

Inevitável lembrar ainda que, mesmo as sociedades que garantem uma participação efetiva, a partir da formação de cidadãos conscientes, é crescente a chamada “apatia política”. Ou seja, garantir as condições para a participação não significa, necessariamente, que ela venha ocorrer intensamente. Como afirma Bobbio, “Nada ameaça mais matar a democracia que o excesso de democracia” (1986, p.26). Ou seja, é ingênuo pensar que é viável requerer dos cidadãos uma participação deveras efetiva, quase instantânea ou mecânica, que até poderia ser passível de ocorrer na nossa atual sociedade, informatizada; entretanto, “o excesso de participação, produto do fenômeno que Dahrendorf chamou depreciativamente de cidadão total, pode ter como efeito a saciedade de política e o aumento da apatia eleitoral” (BOBBIO, 1983, p.26).

No artigo “O futuro da democracia” (SANTOS, 2006), o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos aponta os desafios da democracia na contemporaneidade, dentre eles: as desigualdades sociais, que transformam a igualdade jurídico-política - indispensável à democracia - numa “hipocrisia social constitucionalizada”; o despreparo da democracia para as lutas contra os diversos tipos de discriminação; a existência de imposições econômico-militares nada democráticas; e finalmente, a inexistência de condições que viabilizem a participação democrática dos cidadãos. Essas condições mínimas para a participação seriam, de acordo com Santos, as garantias de sobrevivência (saúde, alimentação etc.), o fato de o cidadão não estar ameaçado e estar bem informado.

Quem não dispõe da informação necessária a uma participação esclarecida, equivoca-se quer quando participa, quer quando não participa. Pode dizer-se com segurança que a promoção da democracia não ocorreu de par com a promoção das condições de participação democrática. Se esta tendência continuar, o futuro da democracia, tal como a conhecemos, é problemático. (SANTOS, 2006)

Ou seja, ao se negar o direito à comunicação, inibe-se, logicamente, a participação popular. O que sinaliza que o país, apesar dos avanços (como a própria criação da lei das rádios comunitárias, em 1998), ainda não possui a cultura do incentivo à participação popular e à democratização dos processos de comunicação. Exemplo disso foi o cancelamento da Política Nacional de Participação Social, proposta pelo governo federal, em 2014, com o intuito de legitimar a influência social na formulação de políticas públicas. Após longo debate, partidos opositores suspenderam a proposta, por considerar que ela

“invade prerrogativas do Congresso Nacional e pode significar uma tentativa de aparelhamento do Estado”⁴.

Conclui-se, assim, que é necessário haver avanços na legislação do país, para que o direito à participação seja efetivado, no âmbito comunicacional e noutros. Pois, como afirma Bordenave, “Para um crescente número de pessoas, democracia não é apenas um método de governo onde existem eleições. [...] Democracia é um estado de participação” (BORDENAVE, 1983, p.8). Ou seja, para não deixarmos à margem diversas camadas da sociedade, que não têm direito à participação, não bastam as experiências de comunicação comunitária - que, se autênticas, priorizam-na. Também é preciso que Estado brasileiro, no campo da legislação, garanta o direito à comunicação e, por consequência, à participação e à democratização das temáticas, inclusive na mídia massiva.

Ainda no que se refere ao debate sobre participação, é importante destacarmos duas questões que consideramos essenciais: os ambientes colaborativos de construção de conhecimento; e as possibilidades de apropriação das tecnologias digitais e da comunicação mediada pelas tecnologias digitais.

MACHADO FILHO, XAVIER E FERREIRA (2013) assinalam a importância, nos tempos de convergência midiática, do uso das ferramentas interativas na participação dos receptores na produção de conteúdo nas mídias, tornando-os ativos. Tais ferramentas possibilitariam o diálogo, a interação; “a comunicação política gerada a partir da atuação colaborativa e participativa dos cidadãos pode implicar em uma nova esfera pública de discussão”, assinalam os autores (MACHADO FILHO, XAVIER E FERREIRA, 2013, p.173). Salientamos, nesse sentido, o caráter de possibilidade - que pode, portanto, realizar-se ou não - defendido pelos autores.

No debate sobre as possibilidades de as tecnologias digitais estimularem, ou significarem nova dimensão da cidadania, Rousiley Maia (2002) adverte que não basta a Internet potencialmente poder propiciar um ambiente de debate e participação. “Debate é mais que pluralidade de vozes, requer um entendimento partilhado sobre um tema, devem ouvir e responder às questões e objeções, o que demanda ‘uma atitude de respeito mútuo’” (MAIA, 2002, p. 55). Estudos sobre grupos virtuais de discussão política mostram um quadro desanimador em termos de criação de um ambiente de deliberação em tais grupos. “Se todos falam e ninguém ouve, temos o resultado semelhante ao de uma torre de Babel” (idem, p. 56). Os participantes de listas e chats “expressam a própria opinião, *buscam e*

⁴ PLENÁRIO aprova projeto que cancela a Política Nacional de Participação Social. Câmara dos Deputados. 28 out. 2014. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/476676-PLENARIO-APROVA-PROJETO-QUE-CANCELA-A-POLITICA-NACIONAL-DE-PARTICIPACAO-SOCIAL.html>>. Acesso em: 23 set. 2015.

disponibilizam informação, sem que se vinculem a um debate propriamente dito” (ibidem). As NTCI “*não determinam* o procedimento da interação comunicativa e nem *garantem* a reflexão crítico-racional” (idem, p. 56).

Peruzzo (2011) destaca a importância que assumem as tecnologias digitais, mesmo entre segmentos da população que estão à margem dos benefícios de tais inovações, pois

as pessoas de baixo poder aquisitivo e suas organizações sociais que vivem ou atuam em regiões periféricas das cidades, ou no campo, procuram se inserir nesse ambiente de transformação de estruturas comunicativas e de relações sociais. Esse tipo de inclusão ocorre como parte de uma dinâmica social em que não se separa o mundo concreto daquele constituído pelo ciberespaço. (PERUZZO, 2011, p.83)

Para a pesquisadora, embora não se dispense a continuidade das lutas presenciais, a comunicação popular, comunitária e alternativa pode se revigorar, na perspectiva de incluir em suas práticas comunicativas o empoderamento coletivo das tecnologias da informação e da comunicação. "O custo social do não empoderamento coletivo das TICC para efeito de implementação de alternativas duráveis de comunicação comunitária contribui para o atraso na transformação da realidade local", alerta Peruzzo (idem, 83).

Mais que a criação de canais ou meios de comunicação, Peruzzo enfatiza o caráter processual nas práticas dessa comunicação, de forma a "inserir-los como facilitadores de processos de mobilização social, razão pela qual suas expressões originárias e, em muitos casos também atuais, se desenvolvem no contexto dos movimentos sociais". (idem, p. 85)

Não estamos tratando neste texto da criação de canais de comunicação em si ou daqueles protagonizados por pessoas individualmente, mas aqueles inseridos nas dinâmicas de mobilização e organização de grupos subalternos progressistas, pois interessa compreender o sentido coletivo aí constituído. (idem, p. 87)

Uma advertência nos é feita por DAGNINO (2004), autora que nos aponta que, nos últimos anos, existe uma “confluência perversa” entre o projeto neoliberal e o projeto participativo - e de fato democratizante. Ela denuncia que, apesar de terem objetivos e estrutura bastante diferentes, existem duas propostas políticas que se utilizam de argumentos e referências aparentemente comuns (participação, sociedade civil, cidadania, democracia), dando a entender que ambas visam aparentemente a mesma ampliação da democracia e da participação popular. Dessa forma, “A perversidade estaria colocada, desde logo, no fato de que, apontando para direções opostas e até antagônicas, ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva” (DAGNINO, 2004, p.142).

Nesse artigo, julgamos importante diferenciar essas duas propostas e, principalmente, deixar claro qual delas estamos considerando legítima, ao mencionarmos a participação como um princípio basilar da comunicação comunitária. Pois, especialmente no campo da democratização do espaço público, consideramos que a estratégia neoliberal limita o significado da participação social, ao retirar dela o seu caráter político e coletivo (DAGNINO, 2004, p.152). Dessa forma, o modelo de fato democratizante - que considera a participação como a “partilha efetiva de poder” (DAGNINO, 2002) - é o que adotamos ao mencionar o potencial de ampliação da cidadania inerente a projetos de comunicação comunitária autênticos.

Por um lado, a ressignificação da participação acompanha a mesma direção seguida pela reconfiguração da sociedade civil, com a emergência da chamada “participação solidária”, e a ênfase no trabalho voluntário e na “responsabilidade social”, tanto de indivíduos como de empresas. O princípio básico aqui parece ser a adoção de uma perspectiva privatista e individualista, capaz de substituir e redefinir o significado coletivo da participação social. A própria ideia de “solidariedade”, a grande “bandeira” dessa participação redefinida, é despida de seu significado político e coletivo, passando a apoiar-se no terreno privado da moral. [...] (DAGNINO, 2004, p.151-152)

Nesse contexto, a participação que reivindicamos em experiências de comunicação comunitária precisa se dar de maneira consciente e crítica, inclusive levando-se em consideração a análise dos mecanismos pouco democráticos adotados pela mídia convencional.

Participação e conteúdo no JC

Tendo em vista tais preocupações teóricas, buscamos analisar as edições do Jornal de Chiador produzidas em 2016 - as quatro primeiras edições (janeiro - 60; fevereiro - 61; março-abril - 62; maio-63), pois a de junho foi concluída muito perto do prazo de entrega do texto para inscrição no congresso deste ano da Intercom.

Assim, as edições de número 60 a 63 foram analisadas em termos de participação, a partir de dois parâmetros principais de análise: de quem é a autoria do material publicado (se de moradores ou do núcleo responsável pela edição) e de que forma se deu tal participação, quando era o caso. Essas quatro edições foram analisadas também com a metodologia da análise de conteúdo, a partir de categorias criadas com os temas e as angulações das unidades de informação publicadas (texto e imagem). Em ambos os casos, considerou-se o espaço ocupado pelo material editorial.

Considerou-se a mancha gráfica de cada página (686 cm² cada página, de 24,5 cm x 28 cm). Os espaços em branco foram quase sempre incorporados nas unidades de informação adjacentes (as exceções foram páginas em que os espaços em branco possuíam dimensão significativamente distinta das usuais). Foram, assim, 5.488 cm² totais em cada edição (8 páginas), e um total de 21.952 cm², considerando-se as quatro edições. Passemos aos resultados obtidos e respectiva análise.

Participação

Em termos gerais, podemos dividir a participação no *Jornal de Chiador* em três grandes grupos: o material produzido com participação direta, ou exclusiva, de colaboradores; aquele produzido pela “Redação”, ou seja, pelo grupo coordenador do projeto; e, ainda, textos produzidos em conjunto por tal grupo e por colaboradores (ou seja, numa atividade de formação). Assim, como interessa-nos fundamentalmente verificar a intensidade da participação de colaboradores na produção do jornal, neste último caso optou-se por contabilizar tal conteúdo como “parcialmente produzido” pelos mesmos, já que se trata de situações em que há também atuação de algum integrante do grupo coordenador do projeto.

Do conteúdo produzido a partir da interação de colaboradores com integrantes do grupo coordenador, considerou-se o percentual de 50% para a categoria “participação direta” e 50% para a categoria “Da Redação”. Estamos cientes das limitações de tal decisão metodológica, já que não é possível medir quali-quantitativamente se, na produção de determinado conteúdo, a participação do colaborador se equivale à do coordenador do projeto. Entretanto, trata-se de uma maneira de relativizar os percentuais, impedindo distorções maiores. Ressalta-se, ainda, que o projeto objetiva sempre garantir o protagonismo máximo dos colaboradores - logo, as nossas intervenções tentem a ser reduzidas.

Visando compreender a maneira como este conteúdo produzido pelos colaboradores chega até o *JC*, foram analisados ainda os aspectos relativos à utilização das tecnologias digitais - e, em especial, da internet - neste envio/recebimento. Logo, verificamos se a participação dos colaboradores se deu de maneira virtual ou não virtual (ou seja, presencial). Para essa análise, estamos considerando como participação virtual aquela mediada pelo computador ou outros artefatos tecnológicos, na qual o envio do conteúdo produzido - com ou sem o uso de tecnologias digitais - se dá através da internet. As atividades que envolveram duas formas de envio foram contabilizadas parcialmente (50%).

Importante ressaltar que, tendo em vista que o grupo coordenador do projeto não reside em Chiador, a maneira como esse conteúdo nos chega pode suscitar grandes reflexões. Afinal, visando dar autonomia aos colaboradores e garantir a legitimidade do veículo, que se propõe comunitário, um bolsista do projeto vai até o município pelo menos duas vezes ao mês. Além disso, outros integrantes da equipe coordenadora viajam ao município, com frequência, para interagir com os moradores. E, ainda, as lideranças locais servem como base de apoio para o recebimento de conteúdos daqueles moradores que não têm acesso às novas tecnologias. Pois, como nos ressalta PERUZZO (2011):

As potencialidades participativas/interativas que as tecnologias digitais e a comunicação mediada por computador possibilitam no que se refere à criação de instrumentos autônomos e comunitaristas de produzir, controlar, difundir e receber conteúdos são indiscutíveis, mas encontram-se imersas num conjunto de contradições que inibem ou dificultam o avanço da comunicação das classes subalternas. (PERUZZO, 2011, p.88)

A pesquisadora pondera que “as desigualdades das condições de acesso às tecnologias, os antagonismos derivados das diferenças nos níveis de escolaridade, os valores culturais e ideológicos expressos nas práticas e linguagens sociais, assim como as singularidades locais” (PERUZZO, 2011, p.88), dentre outros fatores, podem ser capazes de “configurar situações complexas quanto à inserção real da população no universo do ciberespaço”. Em Chiador, por exemplo, a taxa de analfabetismo é de 13%, conforme o censo demográfico de 2010, do IBGE. O mesmo censo constatou que 11% da população do município encontra-se na faixa etária de 65 anos ou mais. Nesse sentido, tanto a situação de analfabetismo quanto à faixa etária de parcela dos moradores pode se tornar um impeditivo à participação virtual no Jornal.

Com relação à participação dos colaboradores (aqui, compreendidos como todos os moradores e não moradores de Chiador que enviam material ao jornal, com exceção dos integrantes da equipe coordenadora do mesmo), nossa pesquisa contabilizou um percentual médio de 70% do conteúdo. Ou seja, essa foi a média de espaços ocupados por conteúdos editoriais (textos ou fotos ou anúncios gratuitos) produzidos e/ou enviados diretamente por colaboradores, nas quatro edições do Jornal analisadas. Separadamente, o conteúdo originado de participação foi de 69% na edição 60 (janeiro de 2016), 67,5% na edição 61 (fevereiro), 65,7% na edição 62 (março e abril) e, finalmente, 77% na edição 63 (maio).

Percebe-se, dessa forma, que a edição de maio de 2016, a última analisada nesta pesquisa, foi a que teve o maior quantidade de conteúdos oriundos da participação de colaboradores. É importante frisar, ainda, que tal edição também foi a que menos teve a

atuação da equipe coordenadora do projeto em atividades de formação (como dito acima, momentos nos quais um bolsista atua juntamente com um morador, produzindo conteúdos). Na edição 63, apenas 2% do conteúdo oriundo de participação se referiu a atividades conjuntas com a equipe coordenadora do projeto. Já as demais edições tiveram 19% (ed. 60), 37% (ed. 61) e 17% (edição 62).

Paralelamente, ao analisarmos o conteúdo que não foi originado pela participação dos colaboradores, teremos uma média de 21% elaborado pela “Redação” (ou seja, por integrantes da equipe coordenadora do projeto) e outros 6% de média de publicidade (anúncios pagos, majoritariamente de pequenos comércios e empresas localizadas no município). O conteúdo elaborado pela “Redação” ocupou cerca de 21% da mancha gráfica nas edições 60 e 61 (janeiro e fevereiro de 2016, respectivamente); 25% na edição março-abril (nº 62) e 15% na edição 63 (maio). Com relação à publicidade, o espaço ocupado foi de 6,7% na edição 60, 8% na 61, 4,5% na 62 e 4,3% na 63.

Vale destacar os resultados obtidos na análise da edição 61, que abordou o assassinato do prefeito Moisés Gumieri. De todo o conteúdo publicado oriundo da participação dos colaboradores, 37% foi elaborado em atividades com a participação da equipe coordenadora do projeto, a maior taxa verificada nas quatro edições que aqui estudamos. Basicamente, esse conteúdo se refere a uma entrevista com o vice-prefeito, que assumiu o município após o crime; e uma linha do tempo que contextualiza os fatos. Já a edição que teve a maior taxa de participação (a 63, com 77%) foi a que teve o menor percentual de conteúdos elaborados juntamente com os coordenadores do projeto (2,2%).

Ainda em relação ao conteúdo produzido pelos colaboradores, analisamos também o percentual que se refere à participação virtual. A média, nas quatro edições analisadas, é de 76% desse tipo de participação. Ou seja, de todo o conteúdo enviado pelos colaboradores, a maioria nos chega através de artefatos baseados em tecnologias digitais e da internet. A edição que teve a maior participação virtual foi a 63ª, com 92%, seguida pela 62, 82%, edição 60, 71% e edição 61, que contabilizou 61,6%. Percebe-se, assim, que a edição que teve menos participação virtual também é a que teve mais conteúdos elaborados conjuntamente por colaboradores e equipe coordenadora, o que se explica pelo fato de tais atividades serem essencialmente presenciais.

Internamente chamadas de “fazer-com”, as atividades de produção de conteúdo de maneira conjunta entre colaboradores e equipe coordenadora do projeto geram conteúdos que são preferencialmente concluídos “inloco”, na própria comunidade. Logo, tais conteúdos normalmente não são enviados virtualmente pelos moradores, o que tende a

ampliar a participação não virtual, constatada em maior percentual nas edições 60 e 61. Ressalta-se, entretanto, que própria bolsista recorre à internet para repassar o conteúdo aos demais integrantes da equipe coordenadora. Logo, presume-se que a internet é imprescindível para a produção do periódico, na atual fase.

Outros resultados de destaque são: 1º) na participação virtual, foi constatada a utilização majoritária da rede social Facebook pelos colaboradores, tanto para o envio de conteúdos quanto para a interação com a equipe coordenadora do projeto; 2º) a forma como se dá a interação via Facebook varia tanto pelo uso da página do Jornal quanto dos perfis pessoais dos coordenadores; 3º) na edição 62 (março e abril de 2016), houve o maior percentual de conteúdo produzido pela “Redação”, resultado esse claramente influenciado pela publicação de publicidade institucional visando a mobilização dos colaboradores para envio de conteúdo, que ocupou praticamente 50% da página 4.

Essa pesquisa nos demonstra que, apesar de o conteúdo elaborado pelos colaboradores do Jornal de Chiador ser majoritário (média de 70%), ele está longe de alcançar a meta, que é ter um veículo produzido unicamente por estes. Talvez a saída seja intensificar os processos de mobilização, inclusive através das páginas do próprio jornal, mas também pela internet, além de criar iniciativas de formação e de educação para a cidadania, que dariam condições para que os colaboradores assumissem o protagonismo de todas as atividades do projeto, inclusive a sua diagramação. Imprescindível também ampliar a atuação presencial junto à comunidade, garantindo que as pessoas que não possuem acesso à internet possam participar ativamente da produção do periódico.

Conteúdo - As edições do jornal foram analisadas com base no método da análise de conteúdo, que pode ser definida como:

Um conjunto de técnicas de análises das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p.42).

Tal estudo permitiu criar categorias, divididas em dois grupos: os temas abordados por cada unidade informativa, e as respectivas angulações. Distintos temas (por exemplo, Esporte e Memória desenvolveram por vezes angulações similares, voltadas para a valorização da identidade do município e de seus moradores). Optamos por fazer essa categorização em dois níveis pois ocorria também de um mesmo tema ter angulações muito

distintas - por exemplo, entre as unidades informativas classificadas sob o tema Cultura encontraram-se angulações bem distintas, como um texto que incentivava a leitura e outro, voltado basicamente para informar sobre evento cultural que se realizara em Chiador. Essa dupla análise permitiu ter uma visão tanto em relação à aparência manifesta nas unidades informativas - que a análise apenas do título já permitiria - como, também, do sentido manifesto em tal texto.⁵

Essa análise de conteúdo categorial permitiu:

(...) tomar em consideração a totalidade de um texto, passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento, segundo a frequência de presença (ou de ausência) de itens de sentido. Isso pode constituir um primeiro passo, obedecendo ao princípio de objetividade e racionalizando através de números e porcentagem, uma interpretação que sem ela, teria de ser sujeita a aval. É o método das categorias (...) bem concebido para satisfazer os colecionadores preocupados em introduzir uma ordem, segundo certos critérios, na desordem aparente. (BARDIN, 1977, p.37)

Uma das principais intenções da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção, inferência esta que recorre a indicadores quantitativos ou não (BARDIN, 1977). Os procedimentos da análise de conteúdo podem ser bastante diferentes e não se findam com os primeiros estudos do analista. Pelo contrário, como diz Bardin (1977, p.34), “quanto mais o código se torna complexo, ou instável, ou mal explorado, maior terá de ser o esforço do analista, no sentido de inovação com vistas à elaboração de técnicas novas”.

Em relação aos temas encontrados, obtiveram-se aqueles mais presentes foram (percentual do total 21.952 cm²): Morte do prefeito (15,9%) (5 páginas) 63,6% de uma edição; Perfil: (8,2%); Cultura: (7,5%); Política: (6,9%). Esses temas ocuparam o equivalente a duas páginas ou mais, e menos de três, entre as 32 páginas das 4 edições.

Em seguida estavam: Religião (5,7%); Esporte (5,1%); Memória e história do município (4,9%); Pessoal (4,6%); Jornal de Chiador (4,3%); Família (4,2%). Nestes, tais percentuais representam o equivalente a uma página ou mais, e menos de duas páginas, no total.

Um terceiro grupo foi formado por: Social (em grande parte uma seção fixa de aniversários) (2,9%); Infraestrutura (2,1%); Economia (1,9%); Comportamento (1,9%); Educação (1,8%); Culinária (1,7%). Tais temas configuram o equivalente a metade ou mais de uma página, e menos de uma inteira.

⁵ Texto, aqui, entendido como determinado conjunto de informações a serem analisadas, não importa se por texto verbal ou não verbal (fotos e ilustrações), que também foram incluídas na análise.

Finalmente, temos um quarto grupo temático, que ocupa, no total das 32 páginas, menos de meia página: Trabalho (1,1%); Atualidade geral (0,5%); Agropecuária (0,1%).

Importante assinalar que anúncios somaram 5,9%; logotipo e slogan de capa, 2,6%, e expediente, 2,6%.

Dessa análise temática tecemos, inicialmente, as seguintes considerações: em primeiro lugar há que se ter em conta que no dia 8 de fevereiro deste ano o então prefeito de Chiador, Moisés Gumieri, foi assassinado, durante um evento social, morte que foi assistida inclusive por seu filho. Tal assassinato causou comoção da cidade, e uma edição teve sua maior parte ocupada por esse tema - criado como categoria em separado na análise. Mas se considerarmos que essa temática foi excepcional, temos um equilíbrio entre os temas de Perfil, Cultura e Política.

O Perfil é uma seção que traz em quase todas as edições a história de um morador ou uma moradora, quase sempre idoso ou idosa, que conta sua experiência de vida, sua trajetória pessoal e profissional. Em Cultura habitualmente se publicam poemas, e uma reportagem sobre o incentivo à leitura se destacou entre essas quatro edições. E Política tem sido tema tratado por várias angulações, como abordaremos mais à frente.

Entendemos que há de certa forma um equilíbrio entre tais temas, em especial se considerarmos que em seguida a esses vêm alguns bastante próximos, em termos de espaço publicado: Religião, Esporte, Memória e história do município, Pessoal, Jornal de Chiador e Família.

No entanto, em que pese tal equilíbrio, consideramos que podemos fazer algumas associações entre tais temas. Por exemplo, se somarmos Pessoal (questões como busca de parentes), Família, Social, temos 11,7% do espaço do jornal dedicado a tais questões. Muito mais que Política ou Cultura. Assim, levando em conta as categorias temáticas, pode-se concluir (sempre provisoriamente, como assina Laurence Bardin - os procedimentos de análise não se findam com os primeiros estudos) que o Jornal de Chiador possui temática bastante intensa em questões de cunho familiar, social e pessoal, se comparadas a questões como política e economia, ou infraestrutura urbana. Isso ficaria ainda mais claro se considerássemos a categoria Perfil como se somando a Pessoal, Família e Social, mas entendemos que os textos publicados em perfil extrapolam essas características mais propriamente de cunho social e pessoal. O jornal parece cumprir, portanto, um papel de aproximação entre os moradores em níveis de sociabilidade que, em grande intensidade, referem-se a questões como homenagens familiares, aniversários, buscas de parentes.

Quanto às angulações, verificou-se antes de tudo que o JC publica, em distintos temas, um conteúdo voltado de forma geral para a identidade chiadoreense, para a valorização da cidade e de seus moradores. Quase 7 páginas (21,4% do espaço total ocupado por 32 páginas, no período estudado) possuem essa perspectiva. São textos sobre moradores idosos, sua vida, são fotos e textos históricos, de memória, são depoimentos de ex-moradores que têm saudades e que visitam o município de vez em quando, são reportagens sobre chiadoreenses ilustres - como um jogador do Flamengo, Felipe Vizeu - que saíram da cidade mas que voltam para ver os parentes, o lugar onde nasceram. Essa angulação se destaca de forma marcante.

Outra, também de destaque, é Atualidade (10,6%; equivalente a mais de três e menos de quatro páginas), mas, aqui, essa angulação não é de se estranhar, tendo em vista que muitos textos se pautam por descrever assuntos ou fatos que ocorreram no município, sem ter outra angulação que essa perspectiva que no jornalismo habitualmente se denomina informativo.

Da mesma forma como em temas assumem importância Social, Família e Pessoal, em termos de angulação o que denominamos de Social-familiar vem em seguida, com 7,1% do espaço, o equivalente a duas páginas ou mais, e menos de três, o que também ocorre com a categoria Eventos, em termos de angulação. Da mesma forma como não se estranhou o resultado da angulação Atualidade, o mesmo ocorreu com Evento. De certa forma poderiam ser somadas, mas se preferiu separar, pois o sentido da angulação nos textos de Evento é bastante claro - trata-se de festa do Dia das Mães, aula de capoeira, festa de Corpus Christi.

Com um espaço de uma página ou mais, mas menos de duas páginas, estão três categorias de angulações: Tristeza (5,5%), Denúncias, reclamações (4%) e Discurso proselitista religioso (3,4%). Aqui, foi possível confirmar o que já nos parecia às vezes uma realidade: o jornal tem publicado relativamente pouco material "apimentado", de denúncia, reclamações. Se pensarmos que, em termos de possibilidade de publicação de demandas populares - que não são poucas -, o JC tem de certa forma dado pouco espaço. O mesmo, aliás, de maneira geral, que textos com proselitismo religioso - conteúdo este que é muito criticado em termos de mídia, mais comum em rádios evangélicas e católicas, e que pouco dão espaço à pluralidade ideológica. A angulação Tristeza entra, aqui, em função do assassinato do prefeito Moisés Gumieri.

Também por conta desse fato, e do espaço por ele ocupado em especial em uma das edições, ganhou espaço no JC uma angulação que também deve ser objeto de reflexão, o

Discurso de ódio (2%), percentual próximo a: Poesia (2,8%); Elogios à Prefeitura (2,4%) e Elogios, divulgação do JC e suas atividades - institucional (2%). Com outras categorias (Crítica ao materialismo, Serviço, Valorização do ambiente escolar, Estímulo à leitura, Solidariedade, Prevenção à dengue e Busca de notícias), essas angulações ocupam a metade ou mais de uma página, e menos de uma inteira, entre as 32 páginas das quatro edições.

Fecham as angulações, em termos de espaço, as categorias: Mobilização do JC (1,5%), Justiça (1,5%), Institucional da Câmara (0,9%), Outras edições do JC (0,5%) e Errata do JC (0,3%), com menos de meia página, no total.

Além das considerações feitas sobre a angulação Identidade de Chiador - valorização da cidade, dos chiadorenses, principal marca do discurso do periódico, em termos de formação de sentido, e do relativo pouco espaço ocupado por denúncias e reclamações de moradores, foi possível perceber em termos de angulação que o espaço destinado propriamente à mobilização é também relativamente pequeno. Mas, aqui, é preciso observar que tal atividade se dá essencialmente na página do JC no Facebook - que, também, mereceria uma análise à parte.

Considerações finais

Desde 2008, temos trabalhado num projeto de comunicação comunitária que prioriza o protagonismo dos moradores na escolha das pautas e na produção de conteúdos - o Jornal de Chiador. Foi visando ter bases para refletir sobre esta prática cotidiana que redigimos o presente artigo, utilizando referenciais teóricos sobre cidadania, participação, democracia e mobilização social. Julgamos que, assim como nos ensina FREIRE (1980), unir a teoria e a prática, na perspectiva da dialética ação/reflexão, significa ampliar o potencial de conscientização, indispensável para a mudança social.

O potencial da comunicação comunitária - aqui compreendida como um conjunto de experiências que, num contexto democrático, estimula a participação do povo visando a reflexão sobre pautas cidadãs - é ampliado quando o direito à comunicação é de fato garantido pelo Estado. Os esforços nesse sentido realizados pelo Jornal de Chiador, portanto, esbarram em limitações e situações de ordem geral que, embora não possam ser consideradas o único motivo, certamente colaboram no sentido de que a participação na elaboração do periódico tenha o quadro que foi apontado anteriormente.

Um dos principais desafios enfrentados por experiências de comunicação comunitária - além da falta de recursos financeiros - têm sido a manutenção dos níveis de participação e de protagonismo dos envolvidos. Estamos convictos de que temos realizado

esforços nessa direção. No entanto, como vimos acima, novas estratégias de mobilização social precisam ser utilizadas, tendo em vista que, conforme nos diz a literatura sobre o assunto (HENRIQUES et al.; 2004), tais mecanismos são capazes de manter os vínculos do público com o projeto. Ressalta-se que, nos processos de mobilização, é necessário realizar também uma comunicação dialógica e libertadora, que permita a real conscientização do povo quanto à importância do seu protagonismo.

Pensar na mobilização social visando uma maior participação em iniciativas comunitárias significa romper com as estruturas arraigadas em nossa sociedade, de origem patriarcal. Ou seja, para compreender as dificuldades de se ampliar os processos de participação popular é preciso considerar a origem histórica - e pouco democrática - do Brasil, último país do continente americano a abolir a escravidão. Assim sendo, para romper com essa estrutura, é imprescindível adotarmos um modelo de fato democratizante - que considere a participação como a “partilha efetiva de poder” (DAGNINO, 2002).

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. Uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BORDENAVE, Juan E. Dias. **O que é Participação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Revista Política & Sociedade**. v. 3, n. 5, out. 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1983/1732>>. Acesso em: 02 set. 2015.

FERREIRA, Rodrigo Galdino. **Jornal de Chiador: comunitário, alternativo ou popular?** Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Comunicação Social. UFJF. Juiz de Fora, 2009.

FREIRE, Paulo. **Conscientização, teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FUSER, B.; FERREIRA, R.G. **Jornalismo Comunitário e Participação Política em Chiador, MG: Exemplo de Cidadania Bloqueada?** Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – São Paulo, Intercom, 2015.

HENRIQUES, Márcio S.; BRAGA, Clara S.; SILVA, Daniela Brandão do Couto; MAFRA, Rennan Lanna Martins. Relações públicas em projetos de mobilização social: funções e características. In: HENRIQUES, Márcio S. (org.). **Comunicação e estratégias de mobilização social**. Belo Horizonte: Autêntica: 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 05 out. 2015.

MACHADO FILHO, Francisco, XAVIER, Juarez e FERREIRA, Mayra Fernandes. A comunicação colaborativa e a construção de uma sociedade cidadã e uma nova agenda na comunicação pública.

Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional, Ano 17, n.17, p. 171-180, jan/dez. 2013. São Bernardo do Campo.

MAIA, R. C. M. Redes cívicas e internet. Em: Eisenberg, José e Cepik, Marco. (orgs.) **Internet e Política**: teoria e prática da democracia eletrônica. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2002. P. 141-163.

PERUZZO, Cicilia. Desafios da Comunicação Popular e Comunitária na Cibercultur@: Aproximação à proposta de Comunidade Emergente de Conhecimento Local. **Ciberlegenda**, n. 25, 2011/2, p.82-99, jul/ago 2011. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense.

PLENÁRIO aprova projeto que cancela a Política Nacional de Participação Social. Câmara dos Deputados. 28 out. 2014. Disponível em:
<<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/476676-PLENARIO-APROVA-PROJETO-QUE-CANCELA-A-POLITICA-NACIONAL-DE-PARTICIPACAO-SOCIAL.html>>.
Acesso em: 23 set. 2015.

RODRIGUES, Theófilo C. M. A Constituição de 1988 e a comunicação: história de um processo inacabado de regulamentação. **Revista Mosaico**, Edição nº 7, ano IV, 08 Jan. 2014.

SANTOS, B. S. **O futuro da democracia**. São Paulo: Carta Maior. Disponível em:
<http://cartamaior.com.br/?/Coluna/O-futuro-da-democracia/19415>. Acesso em 05 out. 2015.